

# Interseccionalidade e plataformas digitais: dimensões teórico-metodológicas de pesquisas em Comunicação

## Intersectionality and digital platforms: theoretical-methodological dimensions of research in Communication

Fernanda Carrera<sup>[\*]</sup>  
fernanda.carrera@eco.ufrj.br

Eloy Santos Vieira<sup>[\*\*\*]</sup>  
eloy.jor@gmail.com

Pablo Moreno Fernandes<sup>[\*\*]</sup>  
pablomoreno@gmail.com

Leila Lima de Sousa<sup>[\*\*\*\*]</sup>  
sousa.leila@ufma.br

### RESUMO

Com esse texto de abertura de mais uma edição da Revista Fronteiras a nossa intenção não é a de conduzir ou tutelar a experiência de leitura, muito pelo contrário, mas sim partilhar do desafio que foi construir e proporcionar o diálogo entre tantos textos que, em algum nível, se encontravam em meio às “avenidas de opressão” e nos cruzamentos com as plataformas. Alguns dos cruzamentos mais discutidos foi justamente o que inaugura o debate interseccional acerca do gênero e da raça, mas também com elementos sobre sexualidade, corporeidades, território, classe, origem, dentre outros, marcam essas encruzilhadas nos podcasts, streamings e redes sociais. A seguir, apresentamos um breve debate sobre a construção desses conceitos e como esses recortes empíricos se conectam com e a partir das teorias e, ao final, destacamos algumas (auto)críticas sobre esse processo de construção da pesquisa em Comunicação.

**Palavras-chave:** interseccionalidade; plataformas digitais; pesquisa em Comunicação.

### ABSTRACT

This text is more of presentation for this issue. Our intention here is not to guide or to guard the reading experience, it's quite the opposite: to share the challenge of building and providing a dialogue between so many texts that, in some level, get together in the midst of “avenues of oppression” and at the intersections with the platforms. Some of the most discussed intersections were precisely the ones that opened the intersectional debate about gender and race, but also elements about sexuality, corporeities, territory, class, origin, among others, mark these crossroads between podcasts, streamings and social networks. Next, we present a brief debate on the construction of these concepts and how these empirical snippets connect with and from theories and, at the end, we highlight some (self)criticisms about this process of construction of research in Communication.

**Keywords:** intersectionality; digital platforms; Communication research.

[\*] Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Av. Pasteur, 250 - Urca, Rio de Janeiro (RJ).

[\*\*] Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Av. Pres. Antônio Carlos, 6627 – Pampulha, Belo Horizonte (MG).

[\*\*\*] Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Av. Unisinos, 950 – Cristo Rei, São Leopoldo (RS).

[\*\*\*\*] Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Rua Urbano Santos, S/N - Centro, Imperatriz (MA).

Nos últimos anos, a perspectiva interseccional tem ganhado espaço em investigações que se propõem a analisar como a discriminação pode ser articulada pelo encontro de duas ou mais estruturas de opressão em diversos ambientes. Indo além do ambiente acadêmico, o conceito tem sido apropriado por movimentos sociais e expresso em discursos, sobretudo a partir de plataformas digitais que congregam, desde redes sociais, a aplicativos de comunicação instantânea e serviços. Nestes ambientes, fica evidente como as opressões atravessam e estruturam o cotidiano de muitos sujeitos, transformando as plataformas, ao mesmo tempo, em ambientes de opressão mas também em ferramentas de mobilização importantes num mundo cada vez mais calcado no digital.

A discussão sobre a complexidade das opressões que atravessavam a vida de mulheres negras fora apontada por Sojourner Truth, em seu histórico discurso “E não sou eu uma mulher?”, ainda em 1851. A abolicionista questionava as violências às quais havia sido submetida ao longo de sua existência e o ser mulher, em meio às reivindicações das abolicionistas estadunidenses. A fala de Truth e o ativismo de mulheres negras ao longo da história apontou insuficiências nas organizações sociais. Ora focadas em questões de classe, tangenciavam questões de raça; ora focadas em questões de gênero, não percebiam especificidades sobre este somado à raça; ora focados nas discussões raciais, silenciavam opressões de gênero sofridas por mulheres negras. E, neste contexto, ainda que silenciadas pela hegemonia de determinadas matrizes de opressão, o pensamento sobre as interseções entre elas se desenvolve.

A perspectiva interseccional foi amplamente disseminada pelas ideias da jurista e feminista negra norte-americana Kimberlé Crenshaw, que sistematizou o conceito de “interseccionalidade” em 1989 nos Estados Unidos. No Brasil e alguns anos antes, ainda na década de 1980, Lélia Gonzalez já denunciava os efeitos da dupla opressão do sexismo e do racismo na vida de mulheres negras. Como Corrêa (2020) aponta, o pensamento interseccional surge, ainda que sem este nome, na voz de diversas ativistas e intelectuais negras pelo mundo. Estas mulheres são o exemplo de que até mesmo muitas políticas antidiscriminação estão sendo construídas a partir de um “enquadramento unilateral”, cuja prática reside em considerar as experiências dos sujeitos mais próximos, o quanto for possível, do locus de poder. Assim, Crenshaw (1989, p. 26) denuncia que, mesmo nas iniciativas mais progressistas, são consideradas as vivências de sujeitos “*otherwise-privileged*” (privilegiadas apesar de gênero: mulheres brancas; privilegiados apesar de raça: homens negros), provendo

o apagamento das experiências de pessoas atravessadas por mais estruturas (como mulheres negras).

Sendo assim, embora tenha partido dos desvios em gênero e raça, este foi apenas o exemplo de um primeiro desvio necessário em direção ao pensamento interseccional: mostrar que o cruzamento de vários “apesar de” leva alguns sujeitos para lugares de absoluta marginalização e invisibilização, porque são modos de existência e de vivência de opressão que não são vistos ou percebidos nem pelos mais “bem-intencionados”. Vivendo no paradoxo da diferença e da semelhança, sujeitos marginalizados estão sempre tentando coincidir suas experiências para subirem no topo da visibilidade, apesar de que suas vivências continuam sendo percebidas como muito diferentes e específicas para sequer entrarem na discussão. Crenshaw (1990, p. 1242), então, conclui: “o problema com a política de identidade não é o fato de não conseguir transcender a diferença, como alguns críticos acusam, mas na verdade é o oposto —ela frequentemente confunde ou ignora as diferenças intragrupo”. Dentro dessa perspectiva, o problema da exclusão social de mulheres negras, portanto, não deve ser resolvido simplesmente as incluindo dentro de um modelo sistemático já cristalizado, uma vez que a experiência interseccional é maior que a soma das vivências de duas ou mais estruturas de opressão.

A metáfora do acidente no cruzamento, portanto, revela que interseccionalidade é uma ferramenta teórica para entender opressão (e privilégio como o outro extremo), não somente a diferença. A resolução da problemática não estaria na criação de outra estrutura formada por duas ou mais estruturas, estabelecendo a terceira cristalização da experiência, mas, ao contrário, seria importante perceber que, muitas vezes, as interseções são múltiplas, sendo impossível reconhecer de onde, ou de qual “avenida identitária” (AKOTIRENE, 2019, p. 19), partiu a opressão ou de onde foi possível perceber a violência do seu efeito. O desejo de encaixar, por exemplo, mulheres negras nas experiências raciais de homens negros ou nas experiências de gênero de mulheres brancas, pode levá-las a agendas conflitantes, recebendo estímulos comportamentais contraditórios, já que a consciência de gênero muitas vezes demanda atitudes que vão de encontro à consciência racial, como no caso de denúncia a violência doméstica. O pensamento interseccional, então, é uma ode ao raciocínio crítico em torno do reconhecimento da complexidade da experiência humana e social.

Reconhecer a complexidade da vida social, portanto, é institucionalizar a ida da margem ao centro (hooks, 2020), isto é, trazer enfoque àqueles mais marginalizados e resistir

aos esforços de compartimentar experiências e terminar minando potenciais ações coletivas. Colocar as marginalizações no centro do debate é incluir, consequentemente, todas as pessoas, entendendo que a abertura da porta para sujeitos em situação de vulnerabilidade facilita a entrada tanto para estes indivíduos quanto para aqueles que não apresentam desvantagem alguma. Fica evidente, então, que os estudos interseccionais, mesmo vinculados à base da sua construção teórica, não precisam ou devem estar restritos a análises em gênero e raça, ao contrário, podem articular outras avenidas identitárias que direcionam os sujeitos para experiências complexas na vida social e política. Nesse sentido, o conceito surge como fruto de um esforço coletivo amplo de feministas negras e latinas para expandir e complexificar o pensamento feminista, incluindo alguns fatores fundamentais para a vivência dos sujeitos, como classe, sexualidade, idade e deficiência, por exemplo.

O processo de explorar e examinar experiências complexas, portanto, é entender que análises da vida social devem resistir à generalização simplificada, embora sua completa negação não seja o caminho ideal, sobretudo quando se pensa em ações políticas estratégicas. Entende-se que interseccionalidade surge como uma abordagem “intracategórica” (MCCALL, 2005, p. 1773), ao basear seu argumento nos desvios das categorias de gênero e raça, mas termina sendo um modelo teórico “intercategórico”, uma vez que adota categorias em um primeiro momento, justamente para documentar suas desigualdades e perceber as existências que se entrecruzam, mas não se restringe a nenhuma categoria particular.

A crítica fundamental do conceito é, então, às ideias pós-modernas e pós-estruturalistas que, em vez de realmente fragilizar as estruturas, na verdade não questionam o caráter monolítico das identidades, mas terminam multiplicando suas unidades. O feminismo negro, portanto, origem do pensamento interseccional, busca questionar os modos de categorização e não a categorização em si, uma vez que sujeitos em marginalização estão em meio à importância do uso estratégico da unidade identitária e o questionamento sobre até onde vai o seu alcance. Afinal, a prática interseccional é uma luta por sobrevivência em um sistema real, mas que carece de problematização e complexificação.

Dessa forma, a análise interseccional é complexa porque deve transcender a identificação das diferenças intragrupal, uma vez que a complexidade da vida social mostra que sujeitos não respondem somente a uma estrutura. O interesse dos estudos interseccionais, assim, deve estar na natureza dinâmica e performática destas

relações, isto é, não apenas na unidade da identidade, mas em como esta unidade se relaciona e dialoga com outras estruturas. Nesse sentido, o caráter contextual e situacional da interseccionalidade é fundamento analítico primordial, uma vez que os grupos constroem relações voláteis entre si, evidenciando o caráter dinâmico das estruturas de opressão e desigualdade (MCCALL, 2005). O objeto de estudo interseccional é, portanto, em primeiro lugar, sempre relacional, já que está sempre em diálogo ou tensionamento com diversas interseções, necessitando de métodos inevitavelmente comparativos; em segundo lugar, pode ser constantemente problematizado como um construto de agência, entendendo que, se interseccionalidade é dinâmica e performática, ela é ativada e mobilizada a depender dos contextos, dos espaços e dos sujeitos.

Pensar a aplicação da interseccionalidade ao campo comunicacional é trazer para esta área a complexidade de uma leitura social acerca do lugar dos processos comunicativos, dos meios de comunicação e dos sujeitos na construção e na manutenção de estruturas de poder que organizaram nossa sociedade. Olhar para a comunicação sob uma perspectiva interseccional é compreender a responsabilidade das representações construídas na mídia na perpetuação do racismo, do sexismo, da xenofobia, do capacitismo, da LGBTQfobia e nas complexidades que emergem de uma leitura interseccional de tais representações. Ainda que sua aplicação no campo comunicacional brasileiro ainda seja uma novidade, a própria Crenshaw (2002), ao elaborar as topologias da opressão interseccional já sinaliza como as representações construídas em produtos jornalísticos, de entretenimento e na propaganda reforçam opressões interseccionais.

Assistimos, ao longo da segunda década do século XXI, à organização da sociedade para pautar, por meio das redes sociais, discussões sobre os feminismos, sobre as demandas da comunidade LGBTQIA+ e, nos últimos anos, a importantes debates sobre o racismo. Esse debate, cujo alcance nunca foi tão amplo, emerge nas discussões sobre a violência do Estado contra corpos negros, ilustrada pelo #BlackLivesMatter, mas também em debates sobre representatividade, melhores formas de representação, empoderamento, sobre as diversas naturezas do racismo em exercício no dia-a-dia: estrutural, institucional, ambiental, científico etc. As plataformas digitais, ao mesmo tempo que viabilizaram a organização em rede para tais discussões, escancararam também como a tecnologia é afetada pelo racismo: muito se tem debatido sobre a programação dos algoritmos e a manifestação do racismo neles, seja por meio de resultados em sistemas

de busca, seja pelo alcance de conteúdo produzido por pessoas racializadas ou pela reafirmação de imaginários a partir de resultados de buscas em bancos de imagens digitais, por exemplo (CARRERA, 2022).

É na compreensão desta multiplicidade de fatores que o debate sobre a interseccionalidade e seus efeitos cotidianos encontra nas plataformas digitais terreno fértil para a inclusão de experiências diversas e vivências concretas diante da particularidade de cada sujeito. Analisar e refletir como as plataformas digitais têm emergido como espaços de intenso debate sobre a perspectiva interseccional é o objetivo desse dossiê da Revista Fronteiras - Estudos Midiáticos, intitulado “interseccionalidade e plataformas digitais”. Seja na perspectiva da discussão sobre as subjetividades construídas *online*, seja no debate sobre os processos materiais que envolvem as relações digitais que podem ser lidos pelo viés interseccional, faz-se necessário compreender de que modo o conceito de interseccionalidade pode ser a chave para o entendimento do ambiente digital como lugar frutífero para a complexificação das experiências sociais.

Reconhecer a interseccionalidade como importante fabricação teórica para o entendimento do ambiente digital é, ainda, reivindicá-la como um conceito passível de expansão, indo de encontro a perspectivas que o colocam - ironicamente - também sob os efeitos interseccionais de opressão. Ou seja, o próprio debate sobre o conceito também está submetido às estruturas desiguais em raça, gênero e território, sobretudo quando a crítica principal reside na impossibilidade de pensar a interseccionalidade além de gênero e raça na conjuntura da doutrina jurídica. Pensar esta impossibilidade é admitir que o pensamento interseccional, uma vez que advém de feministas negras, não pode ser visto como generalização possível para se pensar outros atravessamentos, contextos, vivências e subjetividades porque trata de experiências muito individuais e específicas. Portanto, interseccionalidade como construto teórico e científico é a própria comprovação do seu argumento fundamental.

É nesse contexto que este dossiê propõe contribuir: mostrar a potência do conceito para pensar a complexidade da vida humana e social em diversos ambientes contemporâneos, entendendo que o pensamento interseccional é uma reivindicação por aprofundamentos teórico-científicos para o debruçamento do analista sobre sujeitos e processos de marginalização e privilégio. É, portanto, essencial no debate sobre interseccionalidade a importância de dar conta também da complexidade do fazer científico, carregado de suas subjetividades e atra-

vessamentos identitários estruturais. Por isso, construímos esse dossiê em conjunto e partindo sempre desta premissa, perpassando desde aspectos teóricos-epistemológicos, além dos encontros e desencontros entre Raça, Classe, Gênero, Sexualidade, Corpo, dentre outros aspectos presentes no cotidiano e nas plataformas digitais.

## A perspectiva Interseccional nas pesquisas em Comunicação: cenários contextuais

Abrindo o diálogo para refletir sobre as interseccionalidades e os atravessamentos do cotidiano, no artigo intitulado “**Rede, multiplataformas e mídias: a tradução da interseccionalidade na web francesa**” fruto da tese de Jaércio da Silva, o autor apresenta uma abordagem que parte da Sociologia Digital, mobilizando, ao mesmo tempo, técnicas da etnografia clássica quanto de ferramentas digitais, para apreender algumas nuances do que se compreende hoje como interseccionalidade nos ambientes digitais na França, e, mais precisamente, o resultado deste encontro entre as forças performativas da interseccionalidade e das plataformas digitais.

Logo em seguida, a gênese do pensamento interseccional, advinda justamente das primeiras articulações entre Raça e Gênero, começam a dar o tom mais empírico da coletânea. Em “**TICs, Raça, Mulheres e territórios: o podcast Ondas da Resistência como ocupação das plataformas digitais em uma perspectiva interseccional**” Maryellen Crisóstomo, Paulo Victor Melo e Tâmara Terso traçam um panorama das duas temporadas do podcast “Ondas da Resistência”, produzido por mulheres negras de Povos e Comunidades Tradicionais entre os anos de 2020 e 2021, para denunciar crimes socioambientais, a violação de direito ao território e também as dificuldades diante da covid-19. O podcast é classificado como uma iniciativa de Comunicação Comunitária que se estabelece, como analisam os autores, através do “intercâmbio e compartilhamento de experiências vividas”. Ao mesmo tempo em que visibilizam territórios apagados e que sofrem constante negação, também colocam em evidência formas de questionar e desestabilizar o racismo, o sexismo e as “próprias arquiteturas da platformização”. Além de evidenciar a exclusão e a dificuldade de acesso à internet em comunidades e regiões empobrecidas.

Ainda neste nó, o texto “**Maternidades Negras na Cobertura Jornalística Digital e Possibilidades de Fuga das Imagens de Controle**”, de Nealla Machado e

Tamires Coêlho, discute sobre a construção de “imagens de controle” focadas nas maternidades negras no jornalismo. “Mammy”, “Matriarca”, “Mãe dependente do Estado” e “Hoochie Mama” são algumas das imagens de controle discutidas no artigo a partir do pensamento de Patrícia Hill Collins (2019). O objetivo delas é compreender como tais imagens são utilizadas para ilustrar a realidade brasileira bem como, segundo pontuam Machado e Coêlho, entender “o impacto que elas estabelecem nas possibilidades de maternidade/maternagem de mulheres negras legitimadas pelas mídias.” As autoras expressam que através da “auto-definição” as mulheres negras têm construído caminhos de enfrentamento para desestabilizar e fugir das “imagens de controle.” Dessa forma, analisam o caso de Bruna Silva, cujo filho adolescente foi morto por policiais na comunidade da Maré - Rio de Janeiro, em 2018. Para estruturar a análise foram selecionadas cinco reportagens digitais dos veículos nacionais El País, UOL, G1 e Época.

Fechando este bloco, mas já com um objeto de análise um tanto diferente do usual, André Fagundes Pase, Letícia Dallegrave e Mariana Gomes da Fontoura trazem uma reflexão sobre a lógica algorítmica no reforço de opressões interseccionais e na reprodução de hierarquias sociais históricas no artigo “**Algoritmo masculino, branco e heteronormativo: a interseccionalidade nos streamers em destaque no carrossel da capa da Twitch**”. Juntos, eles buscam investigar se o “algoritmo presente na página inicial da Twitch, que escolhe os *streamers* para destacar no formato de carrossel”, ajuda ou não a reproduzir/disseminar opressões interseccionais. Pase, Dallegrave e Fontoura atravessam discussões sobre noções algorítmicas e o capitalismo de plataforma para discutir o funcionamento de plataformas de streaming levando em consideração as comunidades criadas e os processos de interação desenvolvidos dentro desses espaços. Após um mês de coleta, análise e observação, os autores compreendem que o algoritmo usado na escolha dos *streamers* atua no reforço de opressões apagando as abordagens interseccionais pois “dá prioridade para divulgar *streamers* masculinos, brancos e heterossexuais”, além de se basear em perspectivas meritocráticas.

Inaugurando outro ponto de encontro, desta vez focado nas interseções entre Gênero e Sexualidade, Carolina Bonoto e Fernanda Nascimento trazem uma Análise de Conteúdo de diversos posts no Instagram durante as últimas eleições municipais que resultaram no artigo “**Ninguém te representa como eu”: os discursos identitários-interseccionais de candidatas lésbicas, bissexuais e trans nas eleições municipais de 2020**”.

No texto, elas focam em perfis públicos de candidatas auto identificadas como lésbicas, bissexuais e trans nas eleições municipais de 2020 e analisam algumas das características presentes nos discursos identitários dessas candidatas durante as campanhas, demonstrando, sobretudo, o papel central que a representatividade tem para o desempenho delas, além de demonstrar como marcadores de classe, origem, religião, entre outros, se atravessam discursivamente nesses perfis.

Seguindo a mesma linha e com foco também em mulheres dentro do espectro LGBTQIA+, Joana Ziller, Dayane Barretos, Kellen Xavier e Leiner Hoki nos apresentam “**Sapatão+: lesbianidades negras, gordas, mais velhas e com deficiência nas plataformas de mídias sociais**”, trazendo ainda mais alguns atravessamentos, desta vez mais focados nas questões do corpo, para o centro do debate interseccional. A construção da pesquisa é feita a partir da observação de perfis que têm grande visibilidade e engajamento em meio ao público lésbico como @vanessagrao e @pretacaminhao no Instagram e Sapatão Amiga e Dedilhadas no YouTube. A partir destes perfis, elas analisaram as resistências lésbicas e suas interseções e constatam justamente de que forma os vieses algorítmicos podem interferir na lógica de circulação orgânica dos conteúdos uma vez que estes privilegiam sempre corpos em conformidade com as matrizes de inteligibilidade de gênero e sexualidade a partir da lógica do “rich get richer”, ou seja, potencializando quem já tem espaço nas plataformas em detrimento de quem não o tem.

E, pensando um pouco já nesse aspecto, Danielle Rudnicka-Lavoie nos apresenta algumas possibilidades interessantes em “**Trans vlogs beyond the transition process: transnormativity, visibility and controversy in Kat Blaque’s True Tea Videos**”. No texto ela demonstra como um vlog focado na pauta da transição de gênero e como ele pode se transformar num espaço de resistência à lógica hegemônica neoliberal da individualidade, bem como num potente conteúdo produzido por e para pessoas trans, justamente o tipo de conteúdo que não tem espaço orgânico e é diretamente prejudicado pelos vieses algorítmicos.

Ainda sobre os desencontros envolvendo a comunidade LGBTQIA+, Leonam Dalla Vecchia, Leandro Sotffels e Simone Pereira de Sá apresentam em “**Criolo e comunidade LGBTQIA+ entre controvérsias e alianças: uma análise do projeto “Etérea”**” as potencialidades que podem emergir deste projeto que passou de um lócus de controvérsias para um grande espaço de alianças performativas interseccionais que ganharam materialidade no ambiente das redes sociais. Além de

contextualizar as produções de Criolo, os autores sustentam a análise a partir das performances e dos corpos na intersecção entre o audiovisual e o digital e nos ajudam a refletir sobre possibilidades de representatividade para as pessoas LBTQIA+ que fogem do fatalismo para dar lugar à potência da diversidade destes corpos.

Outro ponto de intersecção importante foi levantado por Monalisa Xavier, Geovane da Silva e Diego Souza no artigo intitulado **“Raça, Gênero E Processos de Subjetivação nas redes sociais: Da abjeção à afirmação das existências marginalizadas nos dispositivos de visibilidade e vigilância”**. No texto, eles refletem que as estruturas de opressão não só compõem os processos de subjetivação como também produzem e determinam lugares sociais e modos de ser. A partir de uma pesquisa de orientação cartográfica realizada entre os meses de junho a setembro de 2021, nos perfis “@transpreta, @hilton\_erika, @blogueiratrans e @transboylife”, no Instagram, os autores discutem sobre os processos de subjetivação presentes nas “afirmações de (r)existências de pessoas pretas transgênero” bem como a partir das implicações presentes nas lógicas que regem os “dispositivos de visibilidade e vigilância”. A interseccionalidade é uma dimensão trabalhada no artigo por meio da possibilidade de reconfiguração de discursos e como estratégia política e tática para a construção de lugares de existência por sujeitos e “grupos marginalizados e abjetificados, a exemplo das pessoas pretas transexuais”, conforme destacam os autores. Xavier, Silva e Souza pontuam que ao tempo em que os dispositivos midiáticos configuram mecanismos de controle e vigilância, também podem e são estrategicamente utilizados como “canais de interação” entre sujeitos, “uma espécie de rede de conexões e trocas” na elaboração de outras existências.

A reivindicação da existência por meio do protagonismo discursivo na construção de imagens e discursos sobre si no Instagram é também um ponto de reflexão que atravessa o texto **“Corporalidades midiáticas: mulheres gordas, interseccionalidade e lugar de fala em explosão semiótica no Instagram”**, de Caroline Pilger, Gabriela Habckost e Nísia Martins do Rosário. As autoras têm como objetivo discutir a elaboração/ visibilização de “corporalidades midiáticas relacionadas às estéticas de corpos de mulheres gordas no Instagram”. Para abordar as resistências e as ressignificações culturais e políticas promovidas por influenciadoras gordas no Instagram, as autoras debatem sobre a construção do “corpo midiático tradicional”, processo fundamentado na padronização de “determinadas corporalidades” hegemônicas. A partir de um estudo exploratório que tem como base fundamental

a “perspectiva interseccional” (CRENSHAW, 2002; AKOTIRENE, 2019; CARRERA, 2020) e o pensamento semiótico (LOTMAN, 1999), consideram que as plataformas de redes sociais podem funcionar como ferramentas potentes para a “ruptura de sentidos” no confronto às “normalizações e regulações prescritas às corporalidades”. Ao todo, três perfis de influenciadoras que se auto-define como mulheres gordas foram analisados durante um mês no Instagram. As autoras puderam identificar através da “análise interseccional” e do “lugar de fala” (SPIVAK, 2010; KILOMBA, 2010; RIBEIRO, 2019) “traços de insubordinação às normatizações e regulações que imperam sobre a grande maioria dos corpos midiáticos e, inclusive, do Instagram com suas particularidades”, conforme afirmam. Ao mesmo tempo, também ressaltam que, ainda que de formas diferentes e tensionando questões específicas, as “mulheres produzem uma comunicabilidade sobre o corpo” ao promoverem “descontinuidades, irregularidades e imprevisibilidades”, resultando no que as autoras classificam como a construção de “*corpos em explosão*”.

Ainda tensionando as estéticas em torno do feminino no Instagram, sobretudo das mulheres negras, Lidia Michelle Azevedo traz em **“Influenciadoras digitais negras e a beleza como negócio”** uma abordagem mais preocupada com as (im)possibilidades da construção da carreira e da elaboração de estratégias para que essas mulheres possam se sustentar a partir do trabalho no mercado publicitário que se abriu nas plataformas de redes sociais. Para isso, Azevedo escolheu três influenciadoras, de estados e regiões diferentes do Brasil e diferentes também fisicamente entre si, mas que, em comum, enfrentam diariamente os efeitos do racismo estrutural que se coaduna com outras matrizes de opressão relativas aos corpos e a origens, por exemplo, que resultam em enviesamentos e falta de oportunidades para conseguirem se manter a partir do trabalho como influenciadoras. Apesar disso, ela aponta que algumas delas conseguem se estabelecer na profissão e ressalta a centralidade do corpo delas que carrega justamente essas intersecções e conseguem transformá-las em potência.

Por último, Beatriz Blanco, Adriana Amaral e Lucas Goulart trazem ao debate um assunto que está na ordem do dia. A partir do artigo **“Disputas interseccionais a partir da divulgação científica nas plataformas digitais: as contradições entre cientista e influenciador em Átila Iamarino”** eles discutem as disputas em rede disseminadas a partir de produções audiovisuais sob encomenda realizadas por divulgadores científicos através de seus canais no YouTube. O artigo se centra na análise do vídeo “O livre mercado é um computador” produzido por Átila

Iamarino e publicado no canal “Nerdologia”, no YouTube, e os comentários gerados na rede social Twitter em resposta ao produto audiovisual que discute “os fatores que determinam a flutuação de preços de produtos no mercado financeiro”. Os autores atravessam questões sobre o perfil dos divulgadores científicos e destacam que o mesmo é majoritariamente “masculino, heterossexual, cisgênero, branco e de classe média”. Embora o vídeo produzido não traduza o conteúdo recorrente no canal de Átila Iamarino e, sim, de um único produto “produzido por uma demanda comercial para manutenção do canal de popularização da ciência” os autores observam que “fluxos históricos de produção de conhecimento em ambientes acadêmicos incidem no engessamento da figura de “cientista”, onde a materialização da “ciência” compõe uma figura ao mesmo tempo “neutra” e que empresta essa legitimidade a todos os pontos que traz”. Nesse ponto, Blanco, Amaral e Goulart argumentam sobre os perigos de “invisibilizar a localização desses saberes, especialmente em posições consideradas “normais” ou “naturais”, como a masculinidade hegemônica, a branquitude e a heterossexualidade, compondo uma naturalização da exclusão dos modelos de produção e divulgação de ciência”, finalizam.

Os textos selecionados para este dossiê transitam por temáticas diversas, com destaque para a raça, matriz de opressão que é discutida em boa parte dos trabalhos selecionados. Questões relacionadas a identidades de gênero da comunidade LGBTQIA+ em suas complexidades aparecem também em um volume significativo de artigos, assim como debates relacionados ao gênero, olhando para especificidades das mulheres. Os objetos empíricos consideram a multiplicidade de plataformas para a produção e consumo midiático na contemporaneidade, demonstrando como elas atuam na emergência dos debates acerca da interseccionalidade.

Ainda que o volume de temáticas seja diverso e contemple boa parte da complexidade do debate interseccional, é preciso refletir também sobre a forma como as estruturas se manifestam no fazer acadêmico. Nesse sentido, retomamos à origem do pensamento interseccional, quando as mulheres negras se sentiam insuficientemente representadas pelos debates sobre gênero e raça. Partindo da dimensão racial concluimos, com pesar, que a branquitude segue no exercício de sua supremacia, com presença na autoria de mais de  $\frac{2}{3}$  dos textos. A condição de subalternidade das mulheres negras na sociedade também se manifesta no dossiê e identificamos, lamentavelmente que, ainda que as mulheres sejam maioria significativa dentre o conjunto de autores, com quase  $\frac{2}{3}$  de presença no total,

as mulheres negras são menos de  $\frac{1}{4}$  das autoras, mesmo sendo maioria dentre o conjunto de autores negros.

No corpo de textos notamos recorrência do debate sobre gênero e identidade de gênero, mas percebemos como este ainda é dominado por uma perspectiva da cis-generidade, ilustrando a crítica recorrente de movimentos sociais e de pesquisadoras e pesquisadores trans sobre seus corpos servirem à ciência como objeto, e não como sujeitos ativos na produção de conhecimento.

Esta autocrítica, identificando a baixa representatividade de autores cujas matrizes interseccionais são analisadas como objetos serve para nós editores, mas serve também como alerta para o campo comunicacional como em relação às questões estruturais que se manifestam nas revistas acadêmicas. Como trazer a interseccionalidade para o debate, trazendo também sujeitos atravessados pelas matrizes de opressão?

## Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Coleção Feminismos Plurais. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação. *E-Compós*, [S. l.], v. 24, 2021. DOI: 10.30962/ec.2198. Disponível em: <https://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/2198>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- CORRÊA, Laura Guimarães. Intersectionality: A challenge for cultural studies in the 2020s. *International Journal of Cultural Studies*, v. 23, n. 6, p. 823-832, nov. 2020. <https://doi.org/10.1177/1367877920944181>.
- CRENSHAW, Kimberle. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, 2002. p. 171-188.
- CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the intersection of race and sex (1989). In: Helma Lutz, Maria Teresa Herrera Vivar and Linda Supik. *Framing intersectionality: debates on a multi-faceted concept in gender studies*, Goethe University, Frankfurt, 2011, p. 25-42
- CRENSHAW, Kimberle. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stan. L. Rev.*, v. 43, p. 1241, 1990.
- HOOKS, Bell. *Teoria feminista – da margem ao centro*. Editora Perspectiva SA, 2020.
- MCCALL, Leslie. The complexity of intersectionality. *Signs: Journal of women in culture and society*, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005.